SEED – Secretaria de Estado de Educação

1957, Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná

Valmor Alberto Bresolin

PDE / 2008

Trabalho apresentado a SEED – Secretaria de Estado da Educação / PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional no ano de 2008.
Núcleo de Francisco Beltrão.

Orientação: Dr. Márcio Antônio Both Silva

Realeza, Dezembro de 2009

1957: A REVOLTA DOS POSSEIROS DO SUDOESTE DO PARANÁ.

Valmor Alberto Bresolin[1]

RESUMO: O mês de Outubro de 1957 marcou a História da ocupação e colonização do Sudoeste do Paraná. Milhares de agricultores, posseiros, portando suas armas de caça ou revólveres, se reuniram, invadiram e dominaram a administração política, policial e judicial das cidades de Francisco Beltrão, Pato Branco e Santo Antônio. O objetivo era forçar o fim de uma situação de pressão, medo, terror, criminalidade e impunidade existente na região, motivada pela grilagem da propriedade da terra. Companhias Colonizadoras possuindo uma documentação de propriedade forjada instalaram-se na região e forçavam o pagamento da propriedade por parte dos posseiros que ali habitavam e nela trabalhavam desde épocas anteriores. Não era possível emitir documentação legal, porque havia processos na Justiça Federal sobre a região impedindo a legalização. O final foi favorável aos posseiros. O grupo contratado pelas companhias colonizadoras se concentrou no prédio onde funcionavam seus escritórios. Não ocorreram tiros e mortes. Através de negociações entre o grupo que liderou a manifestação e a liderança das colonizadoras juntamente com representantes da autoridade estadual, decidiu-se a retirada das colonizadoras e de todo o seu pessoal contratado para fora do Sudoeste do Paraná. Foi exigido e aceito pelas autoridades do Estado a exoneração das pessoas que ocupavam cargos da justiça local, juízes e delegados coniventes com a atividade das colonizadoras. A documentação de propriedade das colonizadoras foi anulada por decreto do Presidente Jânio Quadros.Na administração do Presidente João Goulart foi criado o GETSOP, Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, pelo Governo Federal juntamente com o Governo Estadual, com o poder e objetivo de titular legalmente a propriedade da terra para quem a estava ocupando realmente, sempre combinando com os interesses dos vizinhos.

PALAVRAS CHAVE: Colonização; Luta pela propriedade; documentação legal.

1957: THE REVOLT OF THE LANDLESS FARMERS OF SOUTHWESTERN PARANA

ABSTRACT: The month of October, 1957 marked the history of occupation and colonization of the Southwest of Parana. Thousands of landless farmers, carrying their weapons for hunting or gun invaded and dominated the political, police and judicial administration in the cities of “Francisco Beltrão”, “Pato Branco” and “Santo Antônio”. The goal was to force the end of a pressure situation, fear, terror, crime and impunity in the region, motivated by the illegal occupation of land ownership. Settlers companies possessing a forged documentation of property located in the region and forced the payment of the property by the landless farmers who lived there and worked in it since previous time. It was not possible to give out legal documentation because there were cases in federal justice on the region by preventing

[1]Professor QPM do ensino fundamental e médio lotado em Realeza, no NRE de Francisco Beltrão, Estado do Paraná. PDE 2008. Especialização em História.

the legalization. The end was favorable to the landless farmers. The employed group by the settlers companies focused on the building where its offices functioned. There was not shot or death. Through negotiations between the group that led the demonstration and leadership of settlers jointly with representatives of the state, decided to remove settlers and all their employed to out of the Southwest of Parana. The exoneration of the people was demanded and accepted by the authorities of the State who occuped connivent positions of local justice, judges and commission agents with the activity of the colonizing. The documentation of ownership of colonizing was annulled by decree of president Quadros. In the administration of president Goulart was created Executive Group of Lands of Southwest of Parana, the Federal Government with the State Government, with power and purpose of legal title to land ownership for those who were actually occupying, when combining with the interests of neighbors.

KEY WORDS: Colonization; Struggle for property; Legal documentation.

1957: A REVOLTA DOS POSSEIROS DO SUDOESTE DO PARANÁ.

No mês de outubro de 2007, no Sudoeste do Paraná, região situada entre o rio Iguaçu ao Norte, a fronteira do Estado de Santa Catarina ao Sul, a fronteira da Argentina a Oeste e os limites do município de Pato Branco com o município de Clevelândia a Leste, foi realizada uma exposição de posters históricos, comemorando o cinqüentenário do Levante dos Posseiros ocorrido em outubro de 1957. O Departamento Cultural da Prefeitura de Francisco Beltrão com os Departamentos Culturais dos demais municípios da região organizaram a exposição, reunindo fotos e cartazes com explicações de cenas ocorridas na revolta, que foram levados e expostos em todos os municípios envolvidos no movimento de 1957. Sendo professor selecionado em 2008 para o Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, tendo como obrigação final do curso escrever um artigo sobre um conteúdo escolhido livremente dentro de sua área de atividade, como professor de História decidi dissertar sobre um fato regional, a Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná em 1957.

Analisando ao longo da História, a questão da propriedade da terra sempre esteve ligada a existência humana fundamentada em diferentes mentalidades e em diferentes sociedades. Na sociedade grega e romana do mundo antigo, a idéia da propriedade de uma área estava ligada ao sepultamento dos antepassados. O local onde estavam sepultados os antepassados se tornava sagrado e considerado propriedade da família e das pessoas ligadas aos falecidos por vínculo sanguíneo. Lá estavam os seus mortos, (manes) e a área era deles. Fustel de Coulanges, em Cidade Antiga, escreve que,

> Há três coisas que se encontram fundadas e solidamente estabelecidas na sociedade grega e itálica: a religião doméstica, a família e o direito de propriedade. (...) Cada família tinha seu lar, seus antepassados e seu altar de culto. Uma vez colocados sobre a terra, não o devem mudar mais do lugar[2].

Na Idade Média, que pela divisão tradicional dos períodos históricos, se estende do século V ao século XV, áreas da superfície terrestre passariam a pertencer ao povo conquistador, ao mais forte militarmente, representado pelo líder. Esse líder distribui áreas de terra, em forma de doação, os Feudos, a quem lhe demonstrasse uma inquestionável fidelidade em todas suas decisões e lutas de conquistas e poder.

Assim era no Sistema Feudal, como descreve Cláudio Vicentino em seu manual de História Geral, no Capitulo Feudalismo e Período Medieval o Feudo, grande propriedade medieval pertencia ao Senhor Feudal que formava a classe privilegiada da Nobreza. No Feudo viviam as famílias sem propriedade, os servos, trabalhadores vinculados a terra e sem possibilidades de ascender socialmente. Viviam e trabalhavam na área do feudo com obrigação de dividir a produção e atender com fidelidade todas as necessidades do seu senhor [3].

Posteriormente, com a formação e domínio da mentalidade capitalista e do individualismo, na Idade Moderna se transforma a propriedade que era coletiva na sociedade primitiva; a propriedade que pertencia aos manes (antepassados falecidos) e seus descendentes na sociedade grega e romana; a propriedade que era do chefe conquistador na sociedade medieval, em propriedade individual com valor comercial e comerciável. Surge a propriedade individual, a mercadoria terra, a ganância e a luta pela posse individual da mesma. Para contornar essa situação, o controle e a garantia da propriedade passa a ser obtida através de uma documentação, criada pelos administradores do país reconhecidos como tal pela sociedade. Para ser proprietário é necessário possuir a escritura da área em seu nome.

No Brasil, durante o período da dominação portuguesa de 1500 a 1822, no que se refere a propriedade da terra permaneceu o Sistema das Sesmarias criado no final do século XIV em Portugal. Este sistema, segundo Motta[4], tinha como objetivo não permitir terras improdutivas,

---

[2] COULANGES, Fustel de. *A cidade Antiga*. São Paulo: Editora das Américas, S.A. Edameris, 1967, p. 94.

[3] VICENTINO. Cláudio. Manual de História, *Feudalismo e Período Medieval*. 8ª Ed. Editora Scipione. 1997. P 106.

[4] Motta, Márcia M Menendes. *Sesmarias e o Mito da Primeira ocupação*. Artigo publicado na Revista Portuguesa em 2003.

impondo como condição para recebê-la a obrigação do aproveitamento do solo perdendo seu direito se não o fizesse. No Brasil, este Sistema regularizou a colonização. Vigorou até 1822, quando foi suspenso pelo Regente D. Pedro. O Sistema das Sesmarias também apresentou falhas que provocariam questões judiciais em épocas posteriores, nas disputas pela propriedade da terra. Falhou porque não delimitava a área da Sesmaria provocando atritos com a Sesmaria vizinha, e também não considerava as pessoas que já estavam fixadas e efetivamente trabalhavam na área. Assim, para evitar conflitos, passou-se a respeitar os posseiros que já moravam e cultivavam a terra. Dessa forma, adquire-se o direito a propriedade pelo usucapião.

A não demarcação dos limites da Sesmaria permitiu que sesmeiros estendessem seus domínios sobre áreas vizinhas desocupadas ao redor da sua Sesmaria. Como vigorava o sistema de doação das terras, provocaria conflitos se essas áreas fossem pretendidas por outros vizinhos. A partir de 1850, passando a vigorar a Lei de Terras, estas não seriam mais doadas, mas vendidas pelo órgão público. Foi nesse período que cresceu o movimento abolicionista contra a escravidão e os libertos necessitavam ocupar áreas para sobreviver.

Com o crescimento da Campanha Abolicionista e a aprovação progressiva das leis que impediam a possibilidade de submeter pessoas à escravidão, a partir de l850 houve a necessidade de substituir a mão-de-obra escrava, incentivando a imigração. Abriu-se espaço para imigrantes pobres, procedentes de vários países europeus como italianos, alemães, poloneses suíços, espanhóis e portugueses. Como propaganda e atrativo internacional divulgou-se que, os imigrantes seriam distribuídos e assentados em núcleos coloniais em regime de pequena propriedade, em áreas não desbravadas da região Sul do Brasil. Vale observar que o objetivo da imigração era substituir a mão-de-obra escrava, produtora do café e da cana de açúcar no Sudeste e Nordeste do Brasil. Por isso, na prática, levas de imigrantes foram levados para as áreas de grandes lavouras e nelas foram ocupados com vários sistemas de exploração do trabalho.

Nos núcleos de colonização com regime de pequenas propriedades, formados no Sul do Brasil, com o passar dos anos, surgiria o problema da superpopulação devido ao número elevado de filhos de cada família, e a não possibilidade de novas propriedades para assentar os filhos mais velhos. Estes, quando formavam sua família, necessariamente se deslocavam, procurando outro local para adquirir uma propriedade e poder viver e trabalhar[5].

---

[5] MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a Questão Política, no Campo.* São Paulo. Hucitec. 1991

Nesse contexto de crescimento populacional agravado pela falta de produção agrícola, Getúlio Dorneles Vargas, assumindo o governo federal com plenos poderes, após a Revolução de 1930, para resolver o problema da lotação populacional das áreas de pequena propriedade e aumentar a produção de alimentos, abriu novas frentes de colonização em terras consideradas devolutas e que supostamente pertenciam a União, com sua estratégia política chamada de Marcha para o Oeste[6]. Essa política seria aplicada no Sudoeste do Paraná, a partir de 1943.

Como descreveremos adiante, na região do Sudoeste do Paraná havia uma grande área denominada Gleba Missões, com problemas judiciais sobre direito de propriedade entre o governo federal e o governo estadual com envolvimento de companhias de construção por eles contratadas para a construção de ferrovias. Na prestação dos serviços e nos acertos finais constataram-se fraudes que criaram as situações que chegaram a Justiça Federal.

A gleba Missões do Sudoeste do Paraná, estando sob a administração da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, sem estar solucionado na justiça o problema de sua propriedade entre o estado do Paraná e a União, sofreu a aplicação da política de colonização e ocupação do programa Marcha para o Oeste do presidente Getúlio D. Vargas. Levado pela necessidade criou pelo Decreto nº 12417 de 1º de Maio de 1943 a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) para dirigir e organizar a ocupação e a colonização da gleba Missões a partir daquela data. A origem do problema está na não possibilidade de efetuar a documentação legal da propriedade devido à existência do processo sobre a região na Justiça Federal.

Depois de ser instalada na vila Marecas no Sudoeste do Paraná, hoje cidade de Francisco Beltrão, a CANGO possibilitou o deslocamento de elevado número de famílias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que se dirigiram para o Sudoeste do Paraná. Foram atraídos pela possibilidade de receber a posse de uma propriedade rural com a infra-estrutura organizada pela CANGO. Lazier[7] descreve, em *Paraná: Terra de Todas as Gentes*, que estes migrantes assentados numa determinada área sem receber a documentação legal da terra, formariam o grupo humano envolvido na Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná em l957.

---

[6]TEIXEIRA, Clenir. *Revisitando a História 50 Anos: A Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. 2° Cap. Retratos da História. P 42. Francisco Beltrão. Grafisul Editora. 2007.

[7]LAZIER, Hermógenes. *Paraná, Terra de Todas as Gentes e de muita História*. 1ª Ed. Francisco Beltrão. Grafit Editora Ltda. 2003. P 225.

No, transcorrer do século XX, na região Sul do Brasil, criou-se uma situação que provocaria a luta pela propriedade da terra, no Sudoeste do Paraná. Teve sua origem em atos políticos para desenvolver o Sul do Brasil sendo contratadas empresas administradas por grupos econômicos estrangeiros. Nesses contratos se estabelecia como pagamento a titulação de áreas de terras devolutas pertencentes ao Estado ou a União. Sobre o primeiro contrato assim relata Sittilo Voltolini,

> Em 9 de Novembro de 1889, (seis dias antes da proclamação da república), o governo imperial assinou contrato com a concessionária americana Brazil Railway Company, para a construção da ferrovia ligando Itararé, na fronteira do estado de S. Paulo, com Santa Maria, cidade do Rio Grande do Sul. Recebia em troca:
> - Juros do capital investido durante 30 anos;
> - Direito à lavra das minas descobertas ao longo do trecho;
> - Entrega de terras devolutas em todo o percurso da obra num raio de 30 km, a partir do eixo da estrada.
>
> O governo republicano ratificou esse contrato, reduzindo os 30 km. a 9 km. no mínimo e 15. km. no máximo. Os trabalhos foram concluídos em 1913 entre a fronteira do Estado de S. Paulo com a fronteira do Rio Grande do Sul[8].

Essas concessões foram transferidas para a Companhia União Industriais e fundamentadas no decreto nº. 1386 de Maio de 1893. Iria Zanoni Gomes afirma que os trabalhos da construção da ferrovia foram executados pela Companhia Estradas de Ferro São Paulo Rio Grande do Sul, que pertencia ao grupo da Brazil Railway Company.

Com a proclamação da República em 1889, as antigas Províncias foram transformadas em Estados autônomos pertencentes à União Federal, e as terras devolutas que pertenciam ao Império passaram ao domínio estadual, dentro dos limites de cada um. Como a construção da estrada de ferro ligando Itararé na fronteira do Estado de São Paulo com Marcelino Ramos na fronteira do Rio grande do Sul foi no Estado do Paraná, coube a ele efetuar a entrega das áreas correspondentes ao pagamento da construção da ferrovia. Nesta época a região situada entre o rio Paranapanema, ao Norte, e o rio Uruguai ao Sul ainda não estava dividida entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Havia na Justiça Federal a questão do Contestado ainda sem solução. Durante o Império, o Brasil estava dividido em Províncias, e a área toda formou a Província do Paraná quando foi criada em 1853 se desmembrando da Província de São Paulo. A Província de Santa Catarina abrangia a área mais a Leste com o Litoral do Estado atual. Como se tornou

[8]VOLTOLINI, Sittilo. *O Retorno 2* Pato Branco. Fatex Gráfica e Editora. 2003.

inviável a desapropriação da área envolvida na negociação ao longo da ferrovia, devido à grande quantidade de propriedades nela existentes e já documentadas, houve a troca com áreas da região contestada. Região entre o rio Iguaçu e o rio Uruguai, disputada na Justiça Federal pelo Estado de Santa Catarina e o Estado do Paraná. O Governo do Paraná, prevendo a divisão da região contestada pela futura decisão judicial, entregou como pagamento à companhia terras que formariam o Oeste do Estado de Santa Catarina. Ali a situação se agravou com outro problema.

Ainda, no final do século XIX, o governo de Santa Catarina, sem ter direito oficial sobre a área contestada, concedeu a José Rupp, o direito de explorar madeira e erva mate naquela região. A Brazil Railway Company, ao receber a mesma área cedida a José Rupp, requereu judicialmente a suspensão das suas atividades, com apreensão da madeira e erva mate já exploradas por José Rupp. A decisão lhe foi favorável. José Rupp, porém, recorrendo com novo processo judicial, conforme descreve Iria Zanoni Gomes requereu indenização dos produtos apreendidos ficando estipulado pela Justiça o valor de Cr§ 4.700.000,00 acrescida de juros de mora e custos, a seu favor[9]. A Brazil Railway Company ficou com a área e José Rupp com o direito a indenização que somente seria efetuada em1950 como relataremos parágrafos adiante.

Em 23 de Agosto de 1920 conforme relata Wachovicz[10], o Estado do Paraná contratou a mesma companhia, Brazil Railway Company, para a construção da ferrovia ligando um ponto da Estrada de Ferro S. Paulo Rio G. do Sul com Guarapuava no interior do Estado. Como pagamento lhe foi concedido em Outubro do mesmo ano, título de propriedade das glebas Santa Maria, Silva Jardim, Riozinho e Missões, num total de 515.255 ha. Logo, em 20 de Novembro do mesmo ano, a Brazil Railway Company, transfere o contrato para a Companhia Brasileira de Viação e Comércio, BRAVIACO, não repassando como pagamento a gleba Missões, que possuía 425.731 ha., dos 515.255ha cuja documentação já havia recebido do Estado do Paraná. Pela construção a BRAVIACO recebia as outras três glebas como pagamento, Santa Maria, Silva Jardim e Riozinho num total de 89.624ha. Gratuitamente, sem executar trabalho algum a gleba Missões ficava em poder da Brazil Railway Company inicialmente contratada em 1920.

Em 1930, dez anos depois, com a vitória da Revolução Getulista, o Paraná passou a ser governado pelo Interventor Mário Tourinho, que pelo Decreto nº 300 de 30 de novembro de

---

[9] GOMES. *Idem. Op. cit*. P. 34.

[10] WACHOVICZ, Ruy Chistovan. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*. 2ª Ed. Curitiba. Ed. Vicentina. 1987.

1930, declarou nulos os domínios sobre as glebas envolvidas como pagamento pela construção do Ramal Ferroviário de Guarapuava, inclusive a gleba Missões, alegando o não cumprimento das cláusulas contratuais. Surge dali, a questão judicial sobre a posse da gleba Missões entre a Brazil Railway Company e o Estado do Paraná. O Estado do Paraná perdia a posse da área da gleba Missões e a construção da ferrovia não havia sido executada.

Em 1940, o governo federal reavaliando os negócios feitos com a Brazil Railway Company constatou que o patrimônio da empresa se formou com receitas e lucros sonegados dos cofres públicos existindo uma grande dívida para com o patrimônio nacional. Com esses motivos, o governo federal baixou o Decreto 2073 de oito de Março, incorporando todos os bens da Brasil Railway Company ao patrimônio da União, inclusive a gleba Missões que a empresa conseguiu na negociação estadual cuja titulação fora anulada pelo Interventor Mario Tourinho. Havia processo na Justiça por esse motivo. Com a incorporação da gleba Missões ao patrimônio da União, O Estado do Paraná, sentindo-se lesado, abriu processo judicial contra a União, exigindo o direito de posse sobre a mesma. Esse processo ficou sem solução por muito tempo.

Retomando a descrição das situações citadas nos parágrafos anteriores, o governo da União ignorando o trâmite das questões sobre a gleba Missões, desenvolvendo a política conhecida como "Marcha para o Oeste" que visava ocupar os espaços vazios com o alargamento das fronteiras econômicas, como descreve Iria Zanoni Gomes[11] criou pelo Decreto nº 12.417 de 12 de maio de 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório, CANGO, que devia se localizar na faixa de 60 quilômetros da fronteira, na região de Barracão e Santo Antônio no Sudoeste do Paraná, no território da gleba Missões. Sua Sede foi instalada na Vila Marecas, hoje Francisco Beltrão.

Conforme descreve Wachovicz[12], o objetivo prático da criação da CANGO, era atrair o excedente da mão-de-obra agrícola do Rio Grande do Sul para o Sudoeste do Paraná. Com essa finalidade, a terra era distribuída em pequenas propriedades com toda a infra-estrutura necessária. A família migrante recebia ainda, ferramentas, sementes, escola, meio de transporte e atendimento a saúde, tudo gratuitamente. Atraiu milhares de famílias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Somente não recebiam a escritura da propriedade, porque o direito a ela estava

[11] GOMES. *Idem. Op. cit.* P.16.
[12]WACHOVICZ. *Idem. Op.cit.* Ps. 145-147.

esperando decisão judicial dos processos em trâmite. Somente no ano de 1950, foram cadastradas 1440 novas famílias que migraram para o Sudoeste do Paraná e se fixaram na região da CANGO.

Além dessa população atraída pelos serviços e assistência da CANGO, migraram para o Sudoeste do Paraná, entrando livremente pelo caminho da fronteira passando por Barracão e Santo Antônio, muitas famílias que, segundo Iria Zanoni Gomes[13], ocuparam pura e simplesmente as terras devolutas, ou pela compra da posse do "Caboclo", pessoa que por ali já se encontrava e vivia da exploração dos recursos naturais principalmente da Erva Mate. Dessa forma, o Sudoeste do Paraná em 1950 estava ocupado por milhares de famílias gaúchas e catarinenses atraídas pela programação da CANGO, e pelas famílias caboclas que ali já se encontravam, sem possuir o documento legal da área que afirmavam serem proprietários. Por isso, foram designados de Posseiros.

O fator complicador da situação agrária no Sudoeste do Paraná foi a entrada na região ocupada pela colonização da CANGO, instalando seu escritório na localidade Marecas, hoje Francisco Beltrão, da empresa colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Ltda segundo descreve Hermógenes Lazier em seu livro *Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste do Paraná*[14]. Possuidora de documento de propriedade da gleba Missões iria forçar o pagamento das áreas já ocupadas pelos posseiros que a habitavam.

Do processo judicial entre a Brazil Railway Company (CEFSPRS) e José Rupp, como já nos referimos anteriormente, ficou estipulado a favor deste pela Justiça Federal, a indenização no valor de 4.700.000 (quatro milhões e setecentos mil cruzeiros) pela madeira e erva-mate apreendidas, que acrescido de outras despesas e juros chegou a 8.000.000 (oito milhões de cruzeiros). A dívida seria da Brazil Railway Company, mas como seus bens haviam sido incorporados ao Patrimônio da União em 1940, a dívida passou para a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, (SEIPN). Várias propostas de acertos foram feitas por José Rupp a SEIPN, mas sempre foram indeferidas. Segundo Lazier, em 1950 a proposta apresentada foi a de trocar o valor monetário pela área da gleba Missões, situada no Sudoeste do Paraná. Esta proposta também foi indeferida pelo superintendente Sr. Antônio

[13]GOMES. *Idem. Op. cit*. P. 15

[14] LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste do Paraná*. 3ª Ed. Francisco Beltrão. Grafit. Gráfica e Editora Ltda. 1998. P.48 – 51.

Vieira de Melo no dia 1º de julho de 1950. No dia 26 de julho de 1950, José Rupp vende seus Direitos a Mário Fontana, gerente da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA), que estava ligada as empresas do grupo Lupion o qual dominava a situação política do Estado do Paraná sendo governador Moysés Lupion. Sobre a importância dessa transação assim descreve Iria Zanoni Gomes.

> Com a mudança de credor também mudaram as regras do jogo. Num passe de mágica, o que era ilegal passou a ser legítimo. Aquilo que, em constantes petições havia sido indeferido, passou a ser deferido[15].

Dessa forma, valorizando-se a influência e as ligações políticas, em 17 de novembro de 1950 foi acertado o acordo entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPN), gerenciada por Antônio Vieira de Melo, o superintendente que cinco meses antes indeferiu a mesma proposta feita por José Rupp, e a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA). Através de escritura pública, foi dada em pagamento pela indenização devida a José Rupp, agora da CITLA, as áreas da gleba Missões e parte da gleba Chopin, que pertenciam ao patrimônio da Brazil Railway Company incorporados ao patrimônio da União, embora houvesse a contestação de posse na Justiça, pelo Estado do Paraná. Segundo Lazier[16], o governador Moisés Lupion, que terminava seu 1º mandato, era um dos sócios da CITLA e seu partido era o PSD, o mesmo que governava o Brasil, o que facilitou a negociata no final do seu mandato. Essa escritura de dação em pagamento da indenização devida a José Rupp e vendida a CITLA, bem como a sua transcrição no Registro de Imóveis de Palmas e Clevelândia foi revisada e anulada em Janeiro de 1953 pelo Tribunal Federal de Recursos.

Othon Mader, senador da oposição eleito pelo Estado do Paraná, indignado com a situação criada pela ação das colonizadoras; indignado pelo envolvimento dos políticos da situação do Estado demonstrado no descaso pelos acontecimentos do Sudoeste do Paraná, região do seu colégio eleitoral, discursando no Senado denuncia a todo o Brasil o que ali acontecia. Assim se manifestou no dia 6 de dezembro de 1957 sobre a transação fraudulenta da gleba Missões conforme relata Fidelis Dalcin Barbosa:

---

[15] GOMES. *Idem. Op. cit.* P. 35.
[16] LAZIER. *Idem. Op. cit.* P. 49.

> Terras que nada ou pouco lhe custaram, são vendidas a 8.000 cruzeiros cada alqueire, e os pinheiros que lhe ficam de graça, são vendidos ao preço de 200 cruzeiros cada árvore. Multiplicando esses preços unitários pelos milhares de alqueires e pelos milhões de pinheiros têm elas (Citla, Apucarana, e Paraná) lucros fabulosos que atingem bilhões de cruzeiros. Segundo estimativas do Grupo Lupion (conjunto de empresas) nas terras que se apossou fraudulentamente e que tem a área de 198.000 alqueires... e dez milhões de pinheiros... pelos preços citados as terras valem 1.584.000.000 de cruzeiros e os pinhais 2.000.000.000 de cruzeiros. Esse patrimônio foi transferido da União para a CITLA, por escritura fraudulenta e já anulada pela ínfima quantia de 8.000.000 (milhões). O preço pago pela CITLA foi de 0,2% do valor das glebas. Tão grande foi que já não é uma lesão, mas um roubo. [17]

Justifica-se a anulação dessa escritura de dação da gleba Missões e parte da Chopin entre a SEIPN e a CITLA realizada no final do mandato do Presidente Mal. Eurico G. Dutra, porque abrangia área de faixa de fronteira; a área estava destinada aos assentamentos da CANGO; havia aproximadamente 3.000 famílias estabelecidas nela; diversas propriedades particulares, e as sedes distritais de Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema.

A CITLA, porém, com a posse da escritura obtida em 1950, se instala na região em 1951 com escritórios localizados, um em Francisco Beltrão e outro em Santo Antônio do Sudoeste. Conforme relata Sittilo Voltolini, iniciando suas atividades no Sudoeste do Paraná a CITLA abriu três aeroportos, um em Francisco Beltrão, outro em Pranchita, próximo a Santo Antônio e o terceiro na foz do rio Santo Antônio com o rio Iguaçu, hoje município de Capanema, principalmente para uso da empresa. Abriu estradas que da vila Marecas atingia o interior da área, e a Estrada da Integração, que pretendia ligar Francisco Beltrão com Barracão na fronteira com a Argentina. Abrir estradas facilitava a ocupação para quem adquirisse alguma área de terra. No setor financeiro, iniciou a venda da Terra[18].

O projeto econômico principal para desenvolver a região do Sudoeste do Paraná de Mário Fontana, sócio e gerente da CITLA, porém, era a industrialização do pinho, com a instalação de uma moderna fábrica de celulose, modelada nas existentes no Canadá. Pretendia em seu projeto, produzir 20 mil toneladas de papel por mês explorando o pinho nativo, e replantar anualmente 1.500.000 mudas de pinheiro para ter continuidade no fornecimento de matéria prima. Para viabilizar esse projeto, encomendou estudos especializados e buscou capital no exterior. Dois

---

[17]BARBOSA, Fidelis Dalcin. *Realeza, Paraná: 20 Anos de História.* Porto Alegre. Escola Sup. De Teologia S. Lourenço de Brindes. 1983.

[18] VOLTOLINI. *Idem. Op. cit.* P. 29

grupos de empresas da Alemanha se comprometeram com 48% do capital. Este projeto, porém, provocou a cobiça do Grupo Lupion, que se ofereceu para compor o capital da nova empresa, e como Mário Fontana, gerente da CITLA estava comprometido com o Grupo, foi forçado a aceitar. O grupo Alemão foi descartado e vultosos comprometimentos financeiros foram feitos com empresas francesas.

Com a eleição de 1950, ocorre a mudança política no governo do Paraná. Termina o mandato do governador Moysés Lupion do PSD e assume o governador Bento Munhoz da Rocha, eleito pela aliança da União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Republicano (PR). Este governo, revendo os processos e a nova situação da gleba Missões com as recentes negociações acima descritas, baixa a Portaria nº. 419 de dois de junho de 1952 proibindo o fornecimento de "Sisas" [19] para qualquer transação de propriedade na gleba Missões e Chopin. Assim, seria impossível documentar legalmente uma área de terra negociada. A CITLA, possuidora da documentação anterior da gleba Missões, se utiliza de outros métodos para despertar a credibilidade nos seus negócios e conseguir vender a terra. Walter A. Pecoits, médico de Francisco Beltrão e líder nas negociações entre os posseiros revoltados e aglomerados nesta cidade, com os gerentes das colonizadoras, em entrevista concedida a Roberto Gomes em 1977, e citada por Iria Zanoni Gomes, relatou que os dirigentes da CITLA se reuniam nesta cidade e faziam festas com churrascadas convidando os moradores para convencê-los da sua honestidade e boas intenções. Discursando, prometiam fazer um paraíso na região: usina hidrelétrica, reforma agrária, estradas, escolas, etc. Soltavam muitos foguetes e anunciavam vitórias na justiça em relação a impossibilidade de documentar as áreas vendidas. Com essa campanha a seu favor, criaram um clima de dúvida nos agricultores posseiros sobre a real situação da propriedade da terra. Gomes, também relata que a CITLA procurava ganhar tempo na justiça, pois tinha certeza na vitória de Moysés Lupion para seu 2º mandato de governador em 1955, voltando à situação política novamente a seu favor.[20]

Sittilo Voltolini relata também, o uso do suborno para com as lideranças locais. Ofertavam vantagens financeiras e generosas doações em áreas de terra para obter seu apoio ou seu silêncio. Com promessa de 500 mil cruzeiros conquistaram o vigário de Pranchita; tentaram

[19]SISA. Documento fornecido por órgão público que possibilita a emissão da documentação legal nas transações de imóveis. (Escrituração).
[20] GOMES. *Idem. Op. cit.* Ps. 18 e 39.

subornar os militares com ofertas de áreas de terra; faziam contatos amistosos com os agricultores convidando-os a regularizar a compra da terra que ocupavam, e ofertavam altos salários aos radialistas e advogados para trabalharem a seu favor[21].

Diante da insegurança criada pelas ações da CITLA e a possibilidade futura de serem expulsos da área que ocupavam, os posseiros procuraram aproveitar de qualquer forma a riqueza natural nela existente. A floresta das araucárias foi desaparecendo porque a CITLA vendia a terra reservando para si os pinheiros nela existentes. Assim se expressou Mário Fontana em entrevista:

> De repente saia tábua de todos os lados... Verdadeiros ladrões. Não davam nem confiança para a firma, nem pra coisa alguma. Foi aquele avança [22].

Com a rápida exploração, o pinheiro foi desaparecendo. O Projeto de industrializar o pinho com grande produção de celulose fracassou pela extinção da matéria prima necessária.

A situação que provocaria a Revolta dos Posseiros foi a instalação na região do Sudoeste do Paraná de outras duas Companhias Colonizadoras, dividindo a área que pertencia a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda, instalada na região em 1951: a Colonizadora Apucarana Ltda e a Comercial Agrícola Paraná Ltda, em Janeiro de 1957. Como isso aconteceu?

Nas eleições de 1955 o Partido Social Democrático (PSD) volta ao poder, na política federal com Juscelino Kubitschek; no Paraná com Moysés Lupion. O Partido Social Democrático obteve vitória, também em todos os municípios do Sudoeste do Paraná, elegendo os seus Prefeitos. Os cargos de confiança como delegados, chefes de polícia e juízes, passam a depender do Partido Social Democrático ao qual pertencia o Grupo Lupion e a CITLA. No poder, Lupion revoga a portaria nº 419 de dois de junho de 1953, que impedia o fornecimento de "SISA" possibilitando a concessão de escritura e registro. Tudo preparado para a ação das Companhias colonizadoras no Sudoeste do Paraná.

Diante desta situação, políticos eleitos pela oposição, como o senador Othon Mader e o deputado Antônio Anibeli, passam através dos correligionários, a alertar os agricultores sobre a fraudulenta escritura da CITLA e a ilegalidade de novas escrituras, porque havia processo judicial sobre a gleba Missões e Chopin.

---

[21] VOLTOLINI. *Idem. Op. cit.* P. 51.
[22] WACHOVICZ. *Idem. Op. cit.* P.126.

Devido aos gastos já efetuados e a inviabilidade do projeto celulose pela não existência da matéria prima natural para isso, já explorada e destruída, o Grupo Lupion exige o ressarcimento dos investimentos perdidos, e a CITLA é obrigada a dividir a área da Gleba Missões e parte da Chopin, com duas outras companhias do Grupo: a Colonizadora Apucarana Ltda (APUCARANA) e a Comercial e Agrícola Paraná Ltda (COMERCIAL), que conforme relata Iria Zanoni Gomes[23] exigiam retorno de gastos que se transformaram em dívidas assumidas pelo Governador Moysés Lupion durante a campanha eleitoral de 1955. A CITLA ficou com a sede de Francisco Beltrão, a COMERCIAL com o interior de Francisco Beltrão, Verê e Dois Vizinhos instalando escritórios nas três localidades e a APUCARANA ficou com a região da fronteira com escritórios em Pranchita, Santo Antônio e Lajeado Firmino. Com as três companhias instaladas na gleba Missões e com o início das suas atividades, estava armado o palco para a Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná de 1957.

Desejando recuperar os valores aplicados, durante o período do 2º mandato de Moysés Lupion e com a sua proteção, as Companhias APUCARANA E COMERCIAL iniciaram através das emissoras da rádio Colméia de Francisco Beltrão e de Pato Branco, uma intensa campanha esclarecendo seus direitos de propriedade sobre a região, convidando os agricultores posseiros a comparecer nos seus escritórios para assinar contratos de compra das áreas das suas posses com os legítimos proprietários assinando as promissórias de pagamentos futuros. Mas as escrituras não podiam ser emitidas por causa dos processos judiciais.

A dúvida quanto ao Direito da Companhia se generalizou, pois como afirma Walter Pecoits em entrevista concedida a Roberto Gomes em 1977:

> Havia uma parte da população com certa liderança que, ao pé do ouvido explicava aos colonos, que as escrituras da CITLA eram falsas e quem fizesse a escritura estaria jogando dinheiro fora[24].

Pertencentes ao grupo Lupion, conforme denúncia feita pelo Senador Othon Mader no Senado Federal e protegidas pela política do Governador do Paraná Moysés Lupion durante seu mandato de 1956 a 1960, as três Colonizadoras afirmando serem proprietárias, iniciam de modo forçado, utilizando toda espécie de intimidações e até mesmo a morte, a venda e a obrigatoriedade da compra da área que estavam ocupando, por parte dos posseiros. Segundo

[23] GOMES. *Idem. Op. cit.* P. 49
[24] GOMES. *Idem. Op. cit.* P. 51.

afirma Iria Zanoni Gomes, os preços eram tão extorsivos que o colono não podia pagar, 80, 100 e 120 mil cruzeiros por uma área de dez alqueires, enquanto o Estado vendia a mesma área pelo valor de 8, 10 ou 12 mil cruzeiros.

Diante da resistência dos colonos, cuja maioria se recusava a assinar contratos sem visualizar a possibilidade de escrituração legal, os dirigentes das Companhias passam a usar ameaças como a de expulsar da terra. O uso da violência se generalizou. Impedir que fizessem roças, destruir ou incendiar galpões e casas, matar animais, estupros, saques, espancamentos e mortes passaram a ser praticados para atemorizar os posseiros que não aceitavam as regras de negociações impostas pelas colonizadoras. Para por em prática essas ações, as colonizadoras contratavam como corretores para visitar os posseiros em suas moradias, pessoas já acostumadas a usar a violência em outras áreas do Estado, foram designados de jagunços. Othon Mader em seu discurso de denúncia no Senado em 1957 cita nominalmente mais de 30 jagunços contratados pelas colonizadoras.

Com proteção do Poder Local e Estadual, as violências e crimes praticados pelos corretores das colonizadoras ocorrem em várias localidades da região e no interior. As emissoras de rádio de Pato Branco e de Francisco Beltrão os noticiavam com detalhes mostrando a crueldade dos jagunços ao praticar esses fatos, apavorando a população. Ermínio Belé, morador do Verê em 1957, em entrevista concedida a Marli Fredo, em Realeza no ano 2007, afirma que:

> Os colonos eram tão pressionados que tinham de vender as vacas de leite pra dar o dinheiro pra eles. Eles queriam dinheiro[25].

Procurando uma solução contra as ameaças e extorsões sofridas, alguns posseiros buscaram proteção das autoridades locais, estadual e federal, mas nada conseguiam de concreto. O fato que mais marcou essa situação foi o assassinato do vereador Pedro José da Silva, representante do distrito do Verê na Câmara de Pato Branco. Líder dos agricultores recolhia assinaturas para um abaixo assinado a ser dirigido ao governo federal, pedindo providências contra as violências e extorsões praticadas pela Colonizadora, bem como, uma solução para o problema da terra. Foi assassinado friamente em sua própria casa, por dois jagunços.

[25] Entrevista gravada em DVD. Está disponível na Biblioteca pública de Realeza.

Ermínio Belé, que morava no distrito do Verê em 1957 e que veio morar em Realeza anos depois, em entrevista concedida a Marli Fredo em 2007, comenta uma ameaça que teve por causa do abaixo assinado. Trabalhava na oficina do seu pai quando foi visitado por dois jagunços. Assim se expressou:

> Vieram pra me matar. Enfiaram o Jipe na porta da oficina. O finado Pai estava no fundo da oficina e quando viu aquilo disse, agora aconteceu e saiu pela porta do fundo e foi se preparar para atirar, se qualquer coisa acontecesse. Eles desceram do Jipe e perguntaram: Quem era? Onde foi? Era meu pai, não sei, não vi, estou com óculos escuros para soldar. Ficaram na dúvida. Eu sei que existe uma perseguição, porque andei com o abaixo-assinado. Eles rasgaram e nós juntamos os pedaços (mais de 200 assinaturas) e demos pro Pedro. Mas não tem nada contra a Companhia. Não se sabe a quem respeitar. Uns dizem que é do governo, outros dizem que é da Companhia, e outros que é dos posseiros, apenas tinha que ver...
> Aí o Abetino Silveira que estava junto com o Pé de Chumbo disse:
> Seu Belé, o senhor se expressou muito bem, fique tranqüilo. Se tinha alguma coisa contra o senhor, ficou tudo esclarecido [26].

Nestas frases do Sr. Ermínio Belé percebe-se claramente o clima de medo e pavor que as pessoas sentiam ao serem visitadas pelos elementos da colonizadora. Deslocavam-se de Jipe, carro apropriado para estradas de terra, sempre em dois e muito bem armados. Percebe-se também claramente a dúvida que a população tinha sobre os negócios da terra e sua documentação.

Os crimes praticados no interior eram levados ao conhecimento dos locutores das emissoras de rádio, por vendedores ambulantes que trabalhavam percorrendo o interior. Eram então divulgados nos noticiários diários das emissoras, com detalhes sobre a brutalidade com que eram praticados. O conhecimento dos fatos violentos por parte da população foi formando nela a consciência que as ameaças eram comuns a todos e a consciência da necessidade da luta ser realizada de forma coletiva para eliminar com os responsáveis pela situação. Surgem lideranças que organizam luta de grupos de colonos contra jagunços e gerentes das companhias. Confrontos de grupos armados contra jagunços e gerentes das colonizadoras aconteceram depois do assassinato de vereador Pedro José da Silva. Analisando o resultado final desses confrontos, percebe-se claramente o despreparo dos colonos posseiros para a luta armada contra os grupos das colonizadoras. Acostumados a lida co campo, não conseguiam prever que o grupo adversário podia reverter o elemento surpresa convertendo o resultado do ataque em maior número de

[26] Entrevista gravada em DVD. Está disponível na Biblioteca Pública de Realeza.

mortes entre os próprios organizadores do ataque que pretendia ser feito de surpresa, não previam a malícia e a tática de luta dos adversários. O grupo de colonos pretendia atacar de surpresa, mas eram surpreendidos pela tática dos adversários. Conforme relata Voltolini, o primeiro confronto em grupo foi um fracasso para os colonos. Isto ocorreu no distrito do Verê pertencente ao Município de Pato Branco.

> Oitenta agricultores do Verê decidiram atacar e destruir o Escritório da Colonizadora, no dia 2 de Agosto de 1957. Liderados por Leopoldo Freilipper cercaram o escritório, mas foram recebidos por saraivadas de metralhadoras resultando na morte do Leopoldo e outro agricultor atacante. [27]

Outros confrontos semelhantes aconteceram na área da fronteira, Santo Antônio, Pranchita e Capanema. Ali se formou um grupo que seguia ordens de Pedro Santin, foragido da polícia do Rio Grande do Sul era posseiro na região da fronteira e já havia sofrido ameaças. . Voltolini descreve:

> Usando a tática da guerrilha, prepara uma emboscada para eliminar dirigentes da Colonizadora e seus capangas, no dia 6 de setembro de 1957, próximo a localidade de Lajeado Grande. Nesta emboscada com sucesso para os colonos, foi assassinado Arlindo da Silva, gerente da APUCARANA e ferido Wilmar Pereira de Melo, seu guarda-costas. Os empregados da Companhia não se sentindo seguros abandonaram a localidade de Lajeado Grande e se refugiaram em Santo Antônio. [28]

Para contornar a situação foram a Santo Antônio dois sócios da Colonizadora, Gaspar Kraemer gerente da Apucarana e Nilo Fontana irmão do gerente da CITLA, Mario Fontana. Ali decidiram ir a Capanema fazer uma reunião com os posseiros para propor novas situações de negociação, no dia 14 de setembro. Anunciavam esses fatos pela rádio. Pedro Santin, sabendo disso, organiza nova emboscada para eliminá-los nesse dia, no km. 17 da estrada que liga Santo Antônio a Capanema. A emboscada, porém, falhou como descreve Voltolini:

> Um pequeno deslize mudou o final da emboscada. Gaspar Kraemer estava num bar em Santo Antônio e percebeu que dois estranhos o observavam de forma exagerada. Descobriu que eles procuravam saber quem era Gaspar Kraemer. Isto despertou a desconfiança nos sócios da Colonizadora, e os planos foram mudados. Sem noticiar o fato,a reunião foi suspensa, mas, no dia marcado foi a Capanema uma caminhonete da colonizadora, com o motorista e um jagunço de guarda-costas. Pelo caminho, foram dando carona a agricultores interessados na reunião. Ao passar pelo local da emboscada iniciou o

[27]VOLTOLINI. *Idem. Op. cit.* Ps. 118-121.
[28] *Idem,* P. 130.

> tiroteio contra a caminhonete. Foram baleados e morreram o motorista e seu guarda-costas e mais cinco agricultores que estavam na caminhonete. O resultado foi bem adverso, morte de colonos. A esperteza do gerente da colonizadora superou o elemento surpresa dos posseiros[29].

Ludibriados no resultado da emboscada, o ódio dos colonos posseiros acumulado durante muito tempo, explodiu em toda a sua fúria. Conforme relata Iria Zanoni Gomes em setembro de 1957 aproximadamente dois mil colonos tomaram Capanema, incendiaram o escritório de Lajeado Grande, interditaram a estrada Santo Antônio – Capanema. Em Santo Antônio se concentrou o pessoal da Companhia e em Capanema se concentraram os colonos revoltados. Esperava-se um combate a qualquer hora[30]. As duas cidades eram distantes uma da outra e não houve encontro armado entre as duas partes.

Esse fato repercutiu na imprensa nacional através dos noticiários, mostrando ao país a gravidade da situação que envolvia os habitantes do Sudoeste do Paraná. Para contornar a situação as autoridades do Estado orientando o chefe da policia militar, decidiram negociar a desmobilização. O chefe da polícia, Pinheiro Junior acompanhado do tenente coronel Alcebíades Rodrigues da Costa, convocou uma reunião em Foz do Iguaçu com uma representação dos colonos revoltados composta por cinco pessoas.

A desmobilização dos colonos de Capanema, só foi possível porque o chefe da polícia Pinheiro Junior aceitou as suas exigências e evacuou os jagunços da região de Santo Antônio concentrando-os em Francisco Beltrão e prometendo solução para os problemas da terra. Esses acontecimentos despertaram a consciência coletiva do que era necessário fazer, ou seja, se livrar da presença das Companhias na região.

O descaso das autoridades locais, manifestada na negligência das suas ações em prender os responsáveis e eliminar as causas que provocavam os diversos tipos de violências, quer fossem dos jagunços contra os agricultores, quer fossem dos agricultores contra os jagunços ou dirigentes das Colonizadoras, pode ser fundamentado na explicação dada por Edward Palmer Thompson, em *Costumes em Comum*, estudos sobre a cultura popular tradicional, página 188, focalizando os motins populares ocorridos na Inglaterra na época da Revolução Industrial, nas ocasiões de escassez de alimentos ocorrendo então a exploração dos preços que se tornavam bem

---

[29] VOLTOLINI. *Idem. Op. cit.* P. 135.
[30]GOMES. *Idem. Op. cit.* P. 77.

maiores. Os amotinados assaltavam os comerciantes e tomando o produto que precisavam pagavam-lhe o preço que achavam justo e normal. Não aceitavam pagar o aumento de preços dos produtos pelo motivo de existir menos quantidade a disposição no mercado. As autoridades dos locais distantes dos centros administrativos, segundo Thompson, viviam isoladas dos mesmos centros, e como eram habitantes e tinham sua propriedade na mesma região, se agissem com a força policial para coibir as manifestações de violência e revoltas dos amotinados ou dos grupos que as provocavam, estavam sujeitos a perseguições posteriores como, ataques a sua pessoa ou a alguém de sua família, ameaças de destruição de sua propriedade, perder o cargo, etc., por isso a melhor saída era procurar medidas ponderadas ou simplesmente negligenciar o fato. Como afirma Thompson[31], "Os próprios oficiais tinham bastante humanidade e estavam rodeados de muita ambigüidade quanto a seus poderes em confrontos civis, manifestando uma marcante falta de entusiasmo por esse serviço odioso": Reprimir, tendo consciência de que os amotinados estavam moralmente corretos em sua ação. Depois de sua ação de repressão continuariam a viver na região, podendo sofrer o ódio da população local, com ataques à sua propriedade ou a seus familiares e ser uma pessoa marcada como má pela sociedade local[32]. Essa descrição de Thompson nos ajuda a entender o descaso das autoridades locais, da região do Sudoeste do Paraná, em prender e punir os responsáveis pelos atos violentos que ocorriam.

Exemplo claro dessa atitude de descaso das autoridades locais, demonstrando medo de ser punido pelas autoridades superiores se prendesse seus protegidos que praticaram atos violentos contra algum morador local, foi demonstrado por Alberto Geron, que ocupava o cargo de Delegado em Pato Branco, como suplente do Delegado João Fragoso que estava ausente nos dias da revolta dos agricultores. Foi procurado por Jácomo Trento, vulgo Porto Alegre vendedor ambulante muito ligado ao locutor e radialista Ivo Thomazoni servindo-lhe de repórter. Porto Alegre foi procurado por Constante Tavares trazendo consigo três crianças, filhas de um posseiro do Verê, espancadas com brutalidade pelos jagunços contratados pela Colonizadora, porque não contaram onde seu pai se escondera. Porto Alegre exigia que o Delegado prendesse os jagunços culpados e agisse contra os atos violentos por eles praticados. Assim se manifestou o delegado:

---

[31]THOMPSON. Edward Palmer. *Costumes em Comum, Estudo sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo. Companhia de Letras. 2002. P. 188.
[32]THOMPSON. *Idem. Op. Cit*. Ps. 187 – 192.

> Essas barbaridades, realmente, não podem continuar. Mas, eu não posso fazer nada! Se fizer alguma coisa contra eles, o mínimo que me pode acontecer é perder o cargo. Isso também não me faria falta. Mas, o caso é que estaria pondo em risco a própria vida. Podem me matar, e para fazer isso com quem age contra eles, não pensam duas vezes. Olha, eu vou lá pra minha serraria e de lá, vou para o mato ver pinheiros. Não estou pra ninguém. Aqui em Pato Branco, tem 15 policiais. Você toma conta disso daqui e veja o que pode fazer, porque essas barbaridades não podem continuar mesmo[33].

Criada esta situação de violência física, econômica e moral (ameaças) e sem ter proteção da justiça local por ter receio de ataques pessoais ou repreensões e ou punição das autoridades superiores, devido a sua ligação e dependência delas, fez a população entender que somente uma revolta armada, com participação de toda a população poderia resolver o impasse e trazer paz ao Sudoeste do Paraná. Era urgente, expulsar as Companhias Colonizadoras da região.

Novos atos de violência praticados no início de Outubro de 1957, plenamente divulgados pela imprensa, como o assassinato brutal da família Saldanha, o espancamento do balseiro do rio Chopin e o espancamento brutal das três crianças do Verê, uniram interior e cidade com o objetivo de expulsar de toda a região as Companhias Colonizadoras e seus jagunços, bem como, trocar as pessoas que ocupavam cargos na justiça local. Pelas emissoras de Francisco Beltrão e Pato Branco, os colonos foram convocados à luta concentrando-se aos milhares, nas cidades de Pato Branco, Francisco Beltrão e novamente em Santo Antônio. Surgiram líderes que organizaram o movimento. Em grupo tomaram o comando policial e político das três cidades. Os jagunços se encurralaram no Escritório da Companhia em Francisco Beltrão.

Como lideres que organizaram a mobilização dos posseiros revoltados se destacaram pessoas que exerciam atividades urbanas muito ligadas com os habitantes do interior , médicos, locutores das emissoras de rádio locais, taxistas e vendedores ambulantes. Em Pato Branco, o locutor da rádio Ivo Thomazoni convocou os posseiros para a mobilização e os mantinha informados noticiando os fatos, e Jacomo Trento que organizou os grupos de luta e tomava as decisões a serem executadas. Com um grupo formado por policiais e posseiros voluntários ele foi para o interior do município, na região de Dois Vizinhos, aprisionar o perigoso jagunço conhecido pela alcunha de Maringá. Este se entregou sem reação e na delegacia fez detalhado depoimento sobre as ações dos envolvidos com as colonizadoras. Em Francisco Beltrão se

[33]VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno 2*. *Op. cit.* Ps. 158 - 159

destacou como líder na mobilização e nas negociações com o gerente da colonizadora que estava entrincheirado com os jagunços muito bem armados no prédio do seu escritório, o médico Dr. Walter A Pecoits. O advogado Edu Potiguara Publitz que era de Pato Branco e atendia os colonos de Santo Antônio, se destacou como líder nas negociações entre a equipe policial e os posseiros, nesta cidade

Do dia dez a doze de outubro de 1957, as cidades de Pato Branco, Francisco Beltrão e Santo Antônio foram invadidas e ocupadas por milhares de agricultores posseiros revoltados contra a ação de violência praticados pelas pessoas contratadas pelas colonizadoras. Com a ajuda dos moradores das três cidades, organizados pelos líderes acima citados, dominaram as pessoas responsáveis pelos cargos públicos que nelas se encontravam colocando-os em prisão domiciliar.

Em cada cidade foi organizada uma Junta Governativa para substituir as autoridades demitidas enquanto houvesse o estado de luta e agitação, e uma Comissão de Comando que seria responsável pela organização e defesa da cidade na luta. Após três dias de tensão chegam às cidades rebeladas os chefes da Polícia Militar do Estado para contornar a situação e encontrar uma solução sem utilizar a força armada. Em Pato Branco o Major Reinado Machado e em Francisco Beltrão Pinheiro Júnior autorizados pelo governo estadual a atender e apaziguar os posseiros o mais rápido possível, uma vez que existia ameaça de uma intervenção federal na administração estadual. Esses militares se posicionaram a favor da expulsão das colonizadoras e formando um grupo com os policiais de Pato Branco e Francisco Beltrão juntamente com os grupos de liderança dos posseiros revoltados, sem fazer uso das armas, negociaram a sua saída da região pondo fim a atividade das colonizadoras na região. Essa negociação foi realizada na cidade de Francisco Beltrão, no escritório da colonizadora onde estava concentrado todo o grupo de pessoas da sua gerência e os jagunços que nela se refugiaram esperando um possível combate se fossem atacados pelos posseiros.

As exigências dos posseiros, citadas por Iria Zanoni Gomes, eram:

> Substituir o Delegado de Polícia; exonerar o Promotor; Transferir o Juiz; retirar imediatamente as Companhias da região e que aqueles que participaram do movimento não fossem vítimas de perseguição no futuro. [34]

De modo semelhante, as negociações aconteceram em Pato Branco e Santo Antônio. Após a nomeação de Delegados de acordo com a indicação das comissões de cada cidade

[34] GOMES. *Idem. Op. cit*. P. 100.

dispostos a defender os posseiros, a vitória explode em alegria e vingança. Os escritórios das Companhias são depredados e toda a documentação, "Notas Promissórias", foram destruídas e jogadas pelas ruas de Francisco Beltrão.

Nas negociações realizadas com os chefes da Polícia Estadual que vieram às cidades rebeladas, foram aceitas todas as exigências propostas pelas juntas governativas, portadoras da vontade dos rebelados. Pessoas da sua confiança ocuparam os cargos vagos de Delegado. Após a destruição da documentação existente nos escritórios das Companhias, os posseiros se desmobilizaram voltando para o seu trabalho, mas aguardando medidas que lhe dessem a titulação da propriedade.

Segundo Hermógenes Lazier[35], o problema que impedia a documentação legal da propriedade no Sudoeste do Paraná, seria solucionado somente após a mudança do comando político do País e do Estado, em 1960. No Governo Federal assumiu Jânio Quadros que durante a campanha política, prometera desapropriar a área e titular as propriedades. Eleito, cumpriu sua promessa no seu mandato de apenas seis meses, com o Projeto de Lei nº 50379 de 27 de março de 1961, declarando que a gleba Missões e parte da gleba Chopin eram de utilidade pública. Foi, porém, somente no governo do Presidente João Goulart que era o Vice de Jânio Quadros, e assumiu após sua renúncia em 1961, que efetivamente se organizou a legalização da propriedade no Sudoeste do Paraná.

Pelo Decreto 51431 do dia 19 de março de l962, foi criado o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). Em 22 de junho 1962, o governo federal juntamente com o governo estadual do Paraná, uma vez que os dois disputavam o direito de posse, assinaram um acordo em comum, desistindo dos processos judiciais sobre o Direito da Propriedade das glebas Missões e parte da Chopin que estavam pendentes na Justiça há muito tempo. Possibilitaram assim a liberação judicial da área para a execução dos trabalhos do GETSOP, na regulamentação da documentação das propriedades.

Composto por funcionários federais e estaduais, o GETSOP tinha como objetivo medir, demarcar e titular a propriedade entregando a documentação aos efetivos ocupantes das mesmas. Outra atividade que ficou sob a sua responsabilidade seria a de construir a infra-estrutura necessária como abertura de estradas, criação e construção de escolas, terraplanagens para os

[35] LAZIER. *Idem. Op. cit*. Ps. 69 – 72.

mais diversos fins, criar postos de mecanização com assistência técnica no setor da agropecuária, entre outras. O GETSOP atuou na região até completar a documentação das propriedades, o que ocorreu em Dezembro de 1973 quando foi extinto.

Segundo Lazier, o GETSOP ajudou de muitas formas o Sudoeste do Paraná, mediu e emitiu título para todas as propriedades que existiam na época organizando a linha de limites entre elas através de conversações e entendimento entre os vizinhos lindeiros. Evitaram dessa forma toda espécie de conflito entre eles. No relatório final das suas atividades revelou-se como deve ser a aplicação da verdadeira Reforma Agrária servindo de modelo a realizada após a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná. A revolta dos posseiros do Sudoeste do Paraná serve como exemplo de movimento social cujo final realizou todas as exigências dos amotinados[36]. Os verdadeiros responsáveis pela solução do conflito foram os posseiros que ajudados pelos grupos de liderança souberam se organizar de modo coletivo, exigir e impor a solução do principal problema que os afligia, isto é, a regulamentação legal da propriedade da terra.

Referências Bibliográficas.

GOMES, Iria Zanoni. *1957, A Revolta dos Posseiros*. 2ª ed. Curitiba. Edições CRIAR, 1986. 124 p.

LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense*.
3ª ed., Francisco Beltrão. Gráfica e Editora Ltda, 1997. 165p

---------- *Paraná, Terra de Todas as Gentes e de muita Historia.*
1ª ed. Francisco Beltrão. GRAFIT Editora Ltda. 2003. 319p

MÄDER, Othon. *Trechos de seus discursos proferidos no Senado Federal em 1957*. Transcritos em Realeza, Paraná. 20 anos de história de Dalcin F. Barbosa. 1983.

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros.* 1ª ed. Curitiba. 1986. 484p.

WACHOVICZ, Ruy Christovan. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*. 2ª ed. Curitiba. Ed. Vicentina. 1987. 248p.

DAMBRÓS, Vanderlei. ASSESOAR. *A Revolta dos colonos*. Fr. Beltrão. FACIBEL.1997.

BARBOSA, Fidelis Dalcin. *Realeza. Pr. 20 Anos de História*. 1ª ed. Porto Alegre. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Porto Alegre, 1983. 174p

[36] LAZIER. *Idem op.cit.* P. 77.

VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno 2. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957*. 2ª ed. Pato Branco. Gráfica e Editora Fatex. 2003. 368p.

BONAMIGO, Carlos Antônio. Org. *Revisitando a História, 50 Anos. A Revolta dos Posseiros de l957 no Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão.* Grafisul. Gráfica e Editora. 2007. 328 p

COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga. São Paulo.* Ed. das Américas S.A. EDAMERIS. 1967.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a Questão Política no Campo*. São Paulo. Hucitec. 1991.

MOTA, Márcia M Menendes. *Sesmarias e o Mito da Primeira Ocupação*. Artigo publicado na Revista Portuguesa: Ler Historia nº 45, em 1003, com o título: Sesmarias no Brasil: história e conflito nos oitocentos.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum, Estudos sobre a cultura popular tradicional*. S. Paulo. Companhia de Letras. 2002.

Outras Referências:

Cadernos comemorativos do Cinqüentenário da Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná em 1957. Publicações de 2007.

JORNAL Beltronense. Artigos e entrevistas publicados sobre a Revolta dos Posseiros de 1957 nas comemorações dos 50 anos.

Entrevistas com pessoas que viveram na época da revolta e que se encontram gravadas em DVD e que se encontram nas bibliotecas públicas dos municípios que foram envolvidos na Revolta dos Agricultores de 1957 no Sudoeste do Paraná.